

DEVOLUÇÃO DE CHEQUES CRESCE COM A CRISE

NO PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO, PORCENTUAL FICOU EM 2,19%, O SEGUNDO PIOR RESULTADO DO PERÍODO, PERDENDO APENAS PARA 2009, QUANDO ATINGIU 2,3%

No primeiro semestre, o percentual de devoluções de cheques por insuficiência de fundos ficou em 2,19%, superando o mesmo período do ano passado, que foi de 2,09%. O resultado é o segundo maior para o período de toda a série histórica, iniciada em 1991, da Serasa Experian. O maior foi em 2009, quando o resultado alcançou 2,3%.

Em relação a junho, o percentual de devolução de cheques sem fundos foi de 2,02%, superando o mesmo período do ano passado, de 1,92%. Em comparação ao mês anterior, o resultado de junho de 2015 apresentou queda, uma vez que o percentual de cheques devolvidos em maio foi de 2,29%.

Em relação ao total de cheques compensados, o acumulado do primeiro semestre de 2015 foi de 340,32 milhões, representando uma queda em comparação com o mesmo

período de 2014, quando foram compensados 378,44 milhões de cheques.

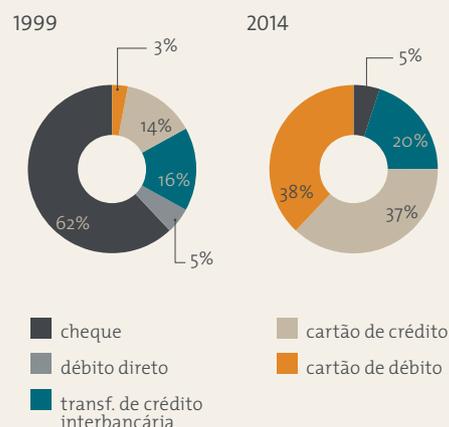
No primeiro semestre de 2015, o total de cheques devolvidos por insuficiência de fundos foi de 7,453 milhões de cheques, também representando queda em relação ao mesmo período do ano passado, 7,906 milhões de cheques.

Essa queda no total de cheques compensados e devolvidos está relacionada ao crescimento da utilização dos cartões de crédito e débito [veja gráfico].

A alta apresentada no percentual de cheques devolvidos por insuficiência de fundos no primeiro semestre de 2015 se deve aos reflexos da crise econômica atual, em que a alta da inflação e os aumentos dos juros e do desemprego têm impactado na capacidade de pagamento das famílias. [&]

DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE PAGAMENTOS DE VAREJO DO BRASIL – 2014

Uso dos instrumentos de pagamento* (quantidade)



*Fonte: Banco Central

pág. 02 ECONOMIA

Redução das tarifas bancárias



pág. 03 INVESTIMENTO

Queda nos preços de imóveis chama a atenção



pág. 04 VAREJO

Aumentam reclamações por problemas em promoções



PELA REDUÇÃO DAS TARIFAS BANCÁRIAS

NESTE MOMENTO EM QUE TODOS SÃO CHAMADOS A ARCAR COM O PESO DO AJUSTE FISCAL, OS BANCOS PODERIAM CONTRIBUIR REDUZINDO SUAS TARIFAS



Com a crise econômica, despontam o descontrole nas contas públicas; a inflação se mantém em alta e os juros, elevados; há quedas na produção e nos investimentos, aumento do desemprego, inadimplência crescente etc., tudo agravado por uma crise política imprevisível em seu desfecho, enfim, um processo capaz de anular as conquistas socioeconômicas recentes, que destrói expectativas, compromete iniciativas e fragiliza as bases para o início de um círculo virtuoso do crescimento.

Um quadro instável, em meio a distorções e contrastes, que revela a “grande maioria” de agentes econômicos tentando enfrentar os desdobramentos da crise e administrar seus efeitos sobre a produção, emprego, renda e patrimônio, de forma a minimizar custos e prejuízos. E uma “minoría”, que apesar das adversidades do quadro e de seus riscos, por circunstâncias distintas, consegue não apenas sobrepor-lo, mas, ainda, tirar vantagens e obter ganhos adicionais.

As famílias, em crescente número, têm manifestado suas dificuldades e obstáculos no enfrentamento desses problemas, levadas ao endividamento crescente e, às

vezes, à inadimplência, não conseguindo sequer manter o padrão de consumo, nem mesmo para atender às necessidades básicas. Aliás, não faltam indicadores apontando essa dura realidade, não havendo perspectivas favoráveis a curto prazo para a sua reversão.

Por outro lado, guardadas as peculiaridades, não é menos aflitiva a situação vivida pelo setor empresarial, independentemente do porte e do ramo de atividade das empresas, embora ainda mais rígida em relação às micros e pequenas. Tomadas por incerteza, retração da atividade, juros elevados e queda nas vendas, amargam perdas, prejuízos e inadimplência, colocando em risco a sobrevivência e a própria garantia de manutenção de empregos.

Como esse é o quadro real que indistintamente atinge o setor produtivo (e, como lembrado, não deve ser alterado a curto prazo), seria importante que, além do ajuste que o governo tenta implementar na busca do equilíbrio fiscal, houvesse a efetiva participação do setor financeiro – porém, não na redução dos juros, que pela própria política do Banco Central (BC), por meio da

Selic (taxa básica de juros), tenta conter o resistente processo inflacionário, apesar do quadro recessivo.

Na verdade, sua efetiva contribuição se daria mediante a contenção das tarifas bancárias, que hoje voltam a ser elevadas pelos bancos, que dispõem de relativa liberdade para implementá-las como forma de compensação pela natural redução das receitas relacionadas às operações de crédito.

Sem constituir uma forma de intervenção do BC, pois a regulação da matéria tem a ver com o próprio papel da autoridade monetária, trata-se de resguardar o interesse público, sobretudo em um delicado momento que as autoridades governamentais tentam corrigir distorções na economia.

Por isso, riscos à parte inerentes a qualquer atividade empresarial, deveriam prevalecer a sensibilidade e o bom senso entre as instituições financeiras, que, em função da natureza de suas atividades, já apresentam vantagens e resultados auspiciosos em relação aos demais setores da atividade econômica. Sua contribuição seria altamente valiosa. [E]

INVESTIDORES ATENTOS AO MERCADO IMOBILIÁRIO



NO PRIMEIRO SEMESTRE, A RENDA FIXA PRATICAMENTE EMPATOU COM A INFLAÇÃO, QUEDA NOS PREÇOS DOS IMÓVEIS CHAMA A ATENÇÃO DOS INVESTIDORES

O Copom voltou a elevar a Selic (14,25%), conforme a FecomercioSP havia previsto. Ainda podem ocorrer novas altas da taxa básica de juros, o que vai manter a atratividade de investimentos em renda fixa enquanto continua a espantar investidores do mercado de ações. Evidentemente, os ambientes econômico e político não permitem que seja muito diferente disso.

A inflação alta afeta principalmente bens de consumo e serviços, mas não tem pesado nos preços de outros ativos reais (imóveis, terras, empresas, automóveis, entre outros). Isso faz com que os rendimentos

dos aplicadores em renda fixa, apesar de melhores do que para os aplicadores em ações, nem sempre ganhem da inflação. Aliás, no primeiro semestre, os rendimentos da renda fixa foram praticamente iguais à inflação. Por outro lado, os demais ativos reais, como imóveis, estão ficando mais baratos. Em dólares, a redução de alguns preços no período de dois anos chega a ser de 60% a 70%.

A depender dos imóveis analisados, o preço em dólares hoje é aproximadamente um terço do que era há pouco mais de dois anos. Naquele momento, havia uma percepção irreal do valor desses ativos, e quem percebeu

vendeu na alta e está muito contente hoje – ainda mais se apostou no dólar naquele momento. Da mesma forma, provavelmente hoje os preços desses ativos estão baixos e, ainda que possam cair mais um pouco, há muitas chances de que já surjam oportunidades para investidores na área imobiliária.

As apostas ainda são de mais queda dos preços em dólares e pouca liquidez nesses mercados de ativos imobilizados. Todavia, é razoável que os investidores com recursos comecem a prospectar esses ativos e se posicionem para ações no futuro próximo, a depender do desenrolar da situação política. [&]

PROGRAMA APRENDIZAGEM GRATUITO NO SENAC.

EMPRESA, FAÇA PARTE DO PROGRAMA APRENDIZAGEM NO SENAC E ESCOLHA MUDAR A VIDA DE MUITOS JOVENS.

Além de cumprir a lei, você ajuda a preparar os jovens para o mercado de trabalho. Uma ótima escolha para a empresa e para esta **futura geração de profissionais.**



public@brasil

Empresário, entre em contato com o Senac e informe-se sobre as turmas do Programa Aprendizagem com inscrições abertas.
www.sp.senac.br/cursosgratuitos - 0800 883 2000



O PREÇO DE ENTRAR NA ONDA DAS PROMOÇÕES

LEVANTAMENTO MOSTRA AUMENTO NAS RECLAMAÇÕES DE CONSUMIDORES QUE SE SENTIRAM LESADOS POR PROBLEMAS RELACIONADOS A PROMOÇÕES

Volta à baila, por suas implicações e desdobramentos, um fato recorrente que nos últimos meses tem merecido particular atenção da grande imprensa, envolvendo, de um lado, em um inconstante esforço promocional de vendas, a ação de grandes redes de varejo; e, de outro, a reação dos consumidores, naturalmente atraídos por essa estratégia.

O mais simples nessa história está na compreensão do fato, porquanto há empresas enfrentando aumento de custos e queda de vendas, graças às restrições impostas pelo quadro econômico recessivo, cujos efeitos, por outro lado, também tornam reféns os consumidores, que tentam compensar a renda corroída pela inflação elevada, enfrentam o crédito escasso e caro e sofrem com as incertezas em relação ao emprego.

Interessante notar nesse processo, na esteira de estudo da empresa de consultoria Nielsen, que a busca de impulsão das vendas, por meio da estratégia promocional, acentuou-se em meados de 2014, levando 70% das empresas à prática, sobretudo nas redes de supermercados. Coincidência ou não, segundo o jornal Folha de S.Paulo, o site de defesa do consumidor Reclame Aqui, em levantamento no País, revelou para o primeiro semestre, em relação ao mesmo período de 2014, aumento de 34% no volume de reclamações de consumidores por problemas relacionados a promoções nesses estabelecimentos.

Seja como for, nunca é demais lembrar que os conflitos observados no mercado, como têm sido apontados com certa frequência, devem merecer maior atenção por parte do comércio varejista, o setor mais vulnerável na cadeia produtiva por



sua proximidade com o cliente final, sempre considerado o agente mais frágil nas relações de consumo.

Isso já representa algo suficiente para que as empresas do varejo, independentemente de seu porte, conscientizem-se e se resguardem, adotando a máxima cautela em suas ações, evitando cometer infrações, uma vez que estão expostas e sujeitas a penalidades pelos órgãos de proteção e defesa do consumidor, bem como a riscos de desgaste de imagem e de perda de clientes para a concorrência.

Se assim é relativamente a grandes redes, que dispõem de estrutura e organização e contam com o apoio operacional dos próprios fornecedores – nos serviços

de reposição nas gôndolas – para enfrentar a acirrada concorrência no varejo, mais razões para atenção e cautela deverão ter os pequenos estabelecimentos comerciais, independentemente do ramo de atividade.

Deve-se reconhecer, afinal, que o pequeno varejista já enfrenta naturais dificuldades para se manter no mercado, além de sujeito às mesmas regras e penalidades legais, potencializando seus riscos e desgastes e podem mesmo inviabilizar o próprio negócio. Não bastasse isso, é preciso considerar a forte tendência de prolongamento e agravamento das adversidades no quadro econômico, o que amplia a probabilidade de conflitos nas relações de consumo. [&]



Senac Sesc FECOMERCIO SP

Aqui tem a força do comércio

PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PRESIDENTE ABRAM SZAJMAN • SUPERINTENDENTE ANTONIO CARLOS BORGES • COLABORAÇÃO ASSESSORIA TÉCNICA • COORDENAÇÃO EDITORIAL E PRODUÇÃO TUTU • DIRETOR DE CONTEÚDO ANDRÉ ROCHA • EDITOR CARLOS OSSAMU • FALE COM A GENTE PUBLICACOES@FECOMERCIO.COM.BR RUA DOUTOR PLÍNIO BARRETO, 285 • BELA VISTA • 01313-020 • SÃO PAULO – SP • www.fecomercio.com.br